



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** -

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
(PEC 221/2019)**

REQUERIMENTO Nº _____/2026

(Da Sra. Júlia Zanatta)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a perda do poder de compra do trabalhador brasileiro à luz da evolução da renda real e da inflação, no âmbito da análise da PEC 221/2019.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão Especial sobre a Redução da Jornada de Trabalho (PEC 221/2019), com o objetivo de debater a evolução da renda real do trabalhador brasileiro em face da inflação e da perda do poder de compra, tema central para a avaliação dos efeitos reais da proposta em exame.

Requeiro que sejam convidados:

1. Representante do Ministério da Fazenda
2. Representante do Banco Central do Brasil
3. Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
4. Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
5. Representante da Fundação Getulio Vargas (FGV)

JUSTIFICATIVA

A PEC 221/2019 propõe a redução da jornada máxima de trabalho de 44 para 36 horas semanais, sob a premissa de que tal medida beneficiaria o trabalhador. Contudo, antes de promover

Câmara dos Deputados | Anexo IV - 4º andar - Gabinete 448 | 70100-970

Brasília DF Tel (61) 3215-5448 |

dep.juliazanatta@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** -

alterações de tamanha magnitude na Constituição Federal, é imprescindível compreender as causas reais do empobrecimento do trabalhador brasileiro.

Os dados do IBGE e do IPEA demonstram que a renda real do trabalhador sofreu significativa erosão nos últimos anos, em decorrência de processos inflacionários persistentes, sobretudo nos itens de maior impacto no orçamento familiar, como alimentos, energia e habitação. Nesse contexto, a mera redução de jornada, sem correspondente aumento de produtividade, não garante ganho real de renda.

A audiência pública ora requerida permitirá à Comissão Especial compreender, com base em dados oficiais e análises técnicas qualificadas, se a PEC 221/2019 é instrumento adequado para enfrentar o problema da perda de poder de compra do trabalhador, ou se outros mecanismos seriam mais eficazes para esse fim.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, na data da assinatura

Deputada Federal Júlia Zanatta
(PL/SC)

